

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0319469-4

Embargante: Excelsior Med S/A

Embargado: Clayci Regina Ribeiro Braz da Silva

Relator: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Acórdão

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE QUE O ACÓRDÃO EMBARGADO FOI OMISSO POR NÃO SE MANIFESTAR SOBRE TODAS AS RAZÕES RECURSAIS. ARGUMENTO INFUNDADO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. MANUTENÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. POSSIBILIDADE. DECISÃO UNÂNIME.

1 – O recurso de embargos de declaração possui estreita via de conhecimento, devidamente estabelecida no art. 535 do CPC, cingindo-se a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência de quaisquer das hipóteses no caso em apreço;

2 - O colegiado desta Câmara não tem a obrigação de refutar expressamente todos os dispositivos legais que fundamentam as razões do recorrente, mas, sim, como determina a norma processual, expor os fundamentos no qual firmou sua convicção;

3 - Recurso conhecido apenas para fins de prequestionamento, contudo, negado provimento. Decisão Unânime.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR provimento** aos embargos de declaração opostos pela **Excelsior Med S/A, conhecendo-os, porém, para fins prequestionadores**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de maio de 2014.


Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0319469-4

Embargante: Excelsior Med S/A

Embargado: Clayci Regina Ribeiro Braz da Silva

Relator: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relatório

Excelsior Med S/A interpôs os presentes aclaratórios em face do acórdão proferido nos autos do recurso de apelação encartado nos autos, pugnano pela apreciação do art. 30, §1º da Lei nº. 9656/98, bem como do art. 5º, incisos II e XXXVI da CF/88.

Ao final, pugna para que sejam acolhidos os presentes embargos, a fim de que os dispositivos acima citados sejam expressamente pronunciados, destacando o **caráter exclusivamente prequestionador dos aclaratórios.**

É o relatório.

Recife, 22 de maio de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Desembargador Relator

177
R

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº

0319469-4

Embargante: Excelsior Med S/A

Embargado: Clayci Regina Ribeiro Braz da Silva

Relator: Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Voto

Sem qualquer intenção de promover maiores delongas no julgamento dos presentes aclaratórios, destaco inicialmente a evidente ausência, na hipótese, de fundamentos quanto à verificação ou não dos vícios previstos no art. 535 do CPC.

Com efeito, esta relatoria não está obrigada a refutar expressamente todos os dispositivos legais e argumentos que fundamentam as razões do embargante, mas como determina a norma processual, expor os fundamentos no qual firmou sua convicção, sendo necessário destacar que no presente procedimento nem sequer existiu renovação das alegações da peça apelatória, não trazendo aos autos nada que embasasse o argumento de omissão ou apreciação de dispositivos ou argumento aduzido.

Com efeito, os presentes aclaratórios não devem ser acolhidos, posto não haver qualquer omissão ou qualquer daquelas mazelas do art. 535 do CPC.

Em verdade, a decisão atacada delimitou todos os pontos necessários de forma clara e objetiva, tal circunstância pode ser configurada em vista do inteiro teor da decisão recorrida.

Posto isto, **conheço dos embargos para fins prequestionadores**, contudo, **NEGO PROVIMENTO** aos presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.



Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Desembargador Relator